



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567544 - MG (2020/0071532-7)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : EMERSON RUAN FIGUEIREDO DA SILVA
ADVOGADO : EMERSON RUAN FIGUEIREDO DA SILVA - SP367641
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : GABRIEL MEDEIROS GOULART (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Gabriel Medeiros Goulart** contra a decisão do Desembargador Relator do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que indeferiu o pedido de liminar, mantendo a constrição cautelar do acusado pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas.

Tem-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática dos crimes dos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006, tendo o Juízo de Direito da Vara única da comarca de Itanhandu/MG homologado o flagrante e convertido em prisão preventiva, como garantia da ordem pública (fls. 42/47).

Alegando ausência de fundamentos concretos a embasar o decreto construtivo, a defesa impetrou *habeas corpus*, com pedido liminar, na Corte estadual, tendo o Desembargador Relator indeferido o pedido (fls. 48/50 - *Habeas corpus* n. 1.000.20.031493-8/000).

Daí o presente *writ*, em que se requer a superação do óbice da Súmula 691/STF *para revogar a prisão preventiva que pesa em desfavor do paciente e aplicar medidas menos gravosas que o cárcere* (fl. 4).

Requer, assim, *seja concedida a ordem em caráter LIMINAR do presente "writ" para que seja revogada a prisão cautelar que pesa em desfavor do paciente, ou seja lhe concedida a liberdade provisória, ou, ao menos, substituindo-se a prisão por qualquer das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, a fim de que possa aguardar em liberdade o desenrolar do processo criminal que tramita em primeira instância* (fl. 22).

E, no mérito, a concessão da ordem, confirmando a liminar, caso deferida.

É o relatório.

As Turmas integrantes da Terceira Seção desta Corte, na esteira do preceituado na Súmula 691/STF, têm entendimento pacificado de não ser cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão de relator indeferindo medida liminar em ação de igual natureza, ajuizada nos Tribunais de segundo grau.

Esse posicionamento pode ser afastado apenas em situações excepcionais, se evidenciada a configuração de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, o que aqui se observa.

In casu, destacou o Magistrado de piso que a conversão da prisão em flagrante em preventiva se faz necessária, visando garantir a ordem pública, acautelar o meio social e evitar eventuais reiteraões criminosas, considerando, ainda, o modus operandi na prática do crime e as circunstâncias. Aliás, como cediço, o tráfico de drogas é fomentador de diversas atividades criminosas (fls. 42/43).

Disse ainda que a prisão preventiva é admissível, também, pela aplicação do art. 313, inciso I, do CPP, pois o crime de tráfico de entorpecentes é doloso e punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos e, além disto, se encontram presentes os pressupostos do art. 312, do mesmo Diploma Legal, bem como revelam-se inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão (fl. 43).

O Desembargador Relator do prévio writ destacou que, das provas indiciárias até então colacionadas no âmbito investigativo, pose-se extrair elementos aptos a demonstrar a materialidade delitiva e, da mesma forma, indícios da autoria, de modo que o estado prisional do Paciente, em uma primeira visão, não está distanciado do disposto no art. 312 do Código Processual Penal, mormente o que se vê da leitura dos depoimentos colhidos pela Autoridade Policial de fls. 4/5 - Ordem 5, sendo certo que, ao menos neste primeiro momento, torna-se recomendável a manutenção da prisão provisória do paciente para aplicação da ordem pública (fl. 49).

Nota-se a ausência de fundamentação para justificar a manutenção da prisão preventiva do paciente, mormente porque não há referência à periculosidade diferenciada do acusado ou a qualquer outro elemento concreto dos autos que, efetivamente, evidenciasse o risco à ordem pública.

De mais a mais, é dado o mandamento legal de o juiz fundamentar a decretação ou manutenção da custódia na sentença condenatória (art. 387, § 1º, do CPP), sendo que o Juízo de primeiro grau deve demonstrar, nessa fase, com fundamento em dados concretos dos autos, a existência de pelo menos um dos requisitos da prisão preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Por fim, não se pode olvidar que o Conselho de Justiça editou a Resolução n. 62/2020, em que Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. Dispõe o art. 4º da referida Resolução:

Art. 4º Recomendar aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem as seguintes medidas:

I – a reavaliação das prisões provisórias, nos termos do art. 316, do Código de Processo Penal, priorizando-se:

a) mulheres gestantes, lactantes, mães ou pessoas responsáveis por criança de até doze anos ou por pessoa com deficiência, assim como idosos, indígenas, pessoas com deficiência ou que se enquadrem no grupo de risco;

b) pessoas presas em estabelecimentos penais que estejam com ocupação superior à capacidade, que não disponham de equipe de saúde lotada no estabelecimento, que estejam sob ordem de interdição, com medidas cautelares determinadas por órgão do sistema de jurisdição internacional, ou que disponham de instalações que favoreçam a propagação do novo coronavírus;

c) prisões preventivas que tenham excedido o prazo de 90 (noventa) dias ou

que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa;

II – a suspensão do dever de apresentação periódica ao juízo das pessoas em liberdade provisória ou suspensão condicional do processo, pelo prazo de 90 (noventa) dias;

III – a máxima excepcionalidade de novas ordens de prisão preventiva, observado o protocolo das autoridades sanitárias.

Diante desse cenário, é preciso dar imediato cumprimento à recomendação do Conselho Nacional de Justiça, como medida de contenção da pandemia mundialmente causada pelo coronavírus (Covid-19), devendo a custódia cautelar ser substituída pela prisão cautelar em regime domiciliar.

Ante o exposto, **defiro** o pedido liminar para, excepcionalmente e em cumprimento à Recomendação CNJ n. 62/2020, substituir a prisão cautelar imposta ao paciente por prisão domiciliar, a ser implementada pelo Magistrado singular, que deverá fixar as condições e alertar o acusado de que, em caso de eventual descumprimento, a segregação provisória será imediatamente restabelecida.

Comunique-se com urgência.

Solicitem-se informações à autoridade coatora e ao Juízo de primeiro grau competente.

Instruídos os autos, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator